
A Comunicação em Gênese: uma Análise dos Avanços e Inércias das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Comunicação Social no Período 2009 - 2013

Fabio Luiz Witzki

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens – UTP
Coordenador dos Cursos de Comunicação Social – UTP

Resumo

O presente artigo discorre sobre as mudanças nas diretrizes curriculares dos cursos de comunicação social em suas diferentes modalidades de oferta, presentes nos Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura. O processo de renovação de diretrizes sugere um repensar na formação profissional de Jornalistas, Publicitários, Relações Públicas, Profissionais de Rádio, Televisão e Internet e Cinema e Audiovisual. O debate para reformulação dos cursos passa pela gênese dos cursos de graduação, nos quais encontram-se juntos temas como a formação pretendida, o desenvolvimento da pesquisa e os avanços para a área enquanto ciência.

Palavras-chave: Políticas da Comunicação. Diretrizes Nacionais Curriculares. Comunicação Social.

Publicado no ano de 2010, o texto dos Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura¹ iniciou uma intensa movimentação que se estendeu entre associações de pesquisadores, organizações públicas e privadas, entidades de classe, secretarias de educação e principalmente nas instituições de ensino superior. Especificamente para os cursos de comunicação social, o texto promoveu intenso debate para consolidação das novas Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos. Tal discussão se deu porque os referenciais de 2010 reduziram amplamente as denominações dos cursos, readequando o perfil do profissional exigido em cada curso (Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Rádio, TV e Internet e Cinema e Audiovisual) indicando também a estrutura recomendada para oferta. Uma vez alterado o referencial curricular, com mudanças de denominação e divisão dos cursos em áreas distintas, excluindo o termo

1 O texto dos Referenciais Nacionais Curriculares delimita as denominações dos cursos de Bacharelado e Licenciatura ofertados no Brasil, além disso, sugere o perfil profissional do egresso e a estrutura mínima exigida para oferta dos cursos. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/>

habilitação na nomenclatura, novas diretrizes para cada formação foram necessárias, sendo que Jornalismo e Relações Públicas deram início à reformulação dos cursos, seguidos pelo curso de Publicidade e Rádio, TV e Internet, cujo movimento iniciou no ano de 2013.

Deve-se ressaltar que tal ajuste promovido pelos Referenciais Curriculares reduziu numericamente as possibilidades formativas de aproximadamente setenta e oito cursos² para quatro cursos de bacharelado na subárea³ comunicação social, sendo: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Rádio, TV e Internet; um curso na subárea de cinema denominado Cinema e Audiovisual. Além disso, outros cursos, por suas especificidades, foram direcionados para a administração de empresas, design, marketing, turismo e produção multimídia. Como justificativa, o texto postula melhorar as informações referentes ao ensino superior no país, além do que, o processo de transferência de estudantes entre instituições torna-se mais objetivo.

O procedimento de construção dos Referenciais ocorreu no ano de 2009 e contou com a colaboração

2 Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, 2010.

3 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entende por subárea um segmento da área do conhecimento cujas características residem na função do objeto de estudo em procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente aplicados.

de instituições de ensino, pesquisadores, coordenadores de curso, além da participação popular. Para auxiliar a adequação dos programas de bacharelado e licenciatura, publicou-se na época um anexo dos Referenciais com a indicação de alteração nas nomenclaturas. O texto do anexo compreende uma divisão onde à esquerda consta a nomenclatura anterior e à direita, a sugestionada. Dessa forma tal anexo foi definido como: de; para. Assim, a lapidação dos cursos seguiu o determinado nos Referenciais com ajustes na seguinte ordem:

Os cursos de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda passaram a ter a denominação Comunicação Social Publicidade e Propaganda, assim como Jornalismo, Relações Públicas e Rádio e TV e Internet. Cursos com denominações direcionadas para determinada área como, por exemplo, Jornalismo e Multimeios, passou à denominação Comunicação Social Jornalismo. Por outro lado, alguns cursos ficaram entre duas ou mais denominações, como é o caso de Comunicação e Marketing com indicação de alteração para Publicidade e Propaganda ou Administração ou Relações Públicas e, ainda, Curso Superior de Tecnologia em Marketing.

É evidente que a gama de cursos, ou possibilidade de nomenclaturas antes da publicação dos Referenciais gera questões em torno da qualidade ou mesmo finalidade de algumas formações, no entanto, entende-se que a

oferta de determinados cursos atendiam demandas locais, possibilitando não somente o acesso ao curso superior, mas, sobretudo, o direcionamento do aluno para a atuação profissional.

Se pensarmos de forma isolada, na comunicação social, e a redução em quatro cursos de bacharelado, entende-se que tal movimento pode, com o passar dos anos, gerar demanda e a consequente ampliação na formação de profissionais, no entanto, tal movimento, como já dito, está em curso e seus resultados e implicações serão observados e medidos futuramente. De certo, a qualidade nos novos cursos que surgiram ou surgem na área de comunicação social ainda é questionada, uma vez que a formação de professores, mestres e doutores, não ocorre em mesma proporção. Segundo dados do GeoCapes⁴ (acesso em 02/2015), em 2013, o número de cursos de mestrado e doutorado no estado do Paraná, em toda área de ciências sociais aplicadas, somava trinta e dois cursos. Em contrapartida, a oferta de cursos na área de comunicação social, no mesmo estado, totalizou trinta e nove cursos de acordo com dados do E-mec⁵. Tal disparidade, além de refletir

4 O GeoCapes é um sistema de informações georreferenciadas que permite o acesso a informações quantitativas relativas à oferta de cursos de mestrado e doutorado no Brasil, bem como dados relativos à distribuição de bolsas, distribuição de discentes e docentes. Disponível em: geocapes.capes.gov.br

5 O sistema E-mec disponibiliza informações sobre os cursos de graduação no Brasil com acesso a dados estatísticos por estado e por modalidade de curso. Além disso, é possível acesso aos dados

uma realidade do sistema de ensino brasileiro, sugere um repensar constante não apenas nos níveis de graduação, e sim, ampliando as políticas direcionadas para pesquisa e formação *stricto sensu*.

É certo que tais ajustes promoveram importantes debates na sociedade acerca da formação pretendida/oferecida nos cursos de graduação de todo país, a exemplo, entidades como a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, que desde 2009 esteve presente nas reuniões e iniciativas populares realizadas para elaboração das diretrizes do curso e, em 2010, ressalta pontos importantes que deveriam, na época, serem contemplados pelas diretrizes do curso. Em carta pública⁶ a associação destaca que as propostas elaboradas no ano de 2009 foram criadas de forma democrática, com atenção aos interesses dos setores produtivos, sociedade e pesquisadores. Além disso, ressalta a importância do curso para constituição do campo da comunicação, reforçando sua permanência na área.

O debate sobre a constituição do campo de estudos da comunicação, por sinal, conta com importantes contribuições de BRAGA (2010) na compreensão da interdisciplinaridade presente nas interfaces da comunicação com outras áreas, constituídas

relativos à autorização dos cursos e resultados obtidos em processos avaliativos. Disponível em: emec.mec.gov.br

6 Disponível em <http://www.sbpjor.org.br/>

em desdobramentos como Comunicação e Cultura; Comunicação e Educação; Comunicação e Política; Comunicação e as diversas questões sociológicas, linguísticas, antropológicas, etc (BRAGA, 2010). Anterior aos estudos de BRAGA, ROMANCINI (2007) sugeriu que a divisão do campo de estudo em subáreas, que compreendem de forma isolada os cursos de Jornalismo; Publicidade; Relações Públicas e Rádio e Televisão e Internet se esgota, quando considerado o universo de pesquisas enraizadas no campo da comunicação. SODRÉ (2012) observa o campo da comunicação sob o viés de um paradigma onde se encaixam as teorias tradicionais e os estudos mais recentes da recepção ativa; dos contextos sociais e institucionais da comunicação; do impacto da mídia na organização das opiniões e das crenças e, até mesmo, a comunicação direcionada a fins sociais de esquerda ou direita.

Até mesmo as concepções politicamente ativistas ou praxiológicas da comunicação (ou seja, que concebem a comunicação como instrumento para consecução de fins sociais), orientadas para esquerda ou para direita, entram nesse paradigma. Falar em comunicação é pôr em cena o problema do estatuto do conhecimento implicado na comunicação se mera prática social, se doutrina, se campo científico. (SODRÉ, 2012).

Se o estatuto do conhecimento comunicacional que se refere SODRÉ se configura entre inúmeras

teorias e formas de pensar a comunicação ou mesmo entre as constatações de ROMANCINI ao classificar a pesquisa realizada e registrada na grande área (CNPQ), há que se observar os percursos futuros da pesquisa e da constituição do campo de estudos da comunicação, após o esforço de organização/classificação e alinhamento da base, onde encontram-se os cursos de graduação. Não se trata de um esforço visionário, mas, centrado em duas implicações de tal organização. A primeira, o direcionamento dos egressos de jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas e rádio, televisão e internet para os programas *stricto sensu* que se inclinam à produção de conhecimento no campo da comunicação – guardado todo avanço e conhecimento gerado nas interfaces da comunicação com as áreas de arquitetura, design, tecnologia da informação, administração, psicologia entre outros. E a segunda, a relação de coexistência entre cursos de graduação e de pós-graduação, onde o segundo ocorre somente quando há o primeiro.

Há outro movimento de segmentação cujas implicações podem representar futuramente um encaminhamento dos Programas de Pós-graduação em comunicação - PPGCOM. Em 2008, filiou-se à COMPÓS⁷ o Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina,

⁷ Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

com linhas de pesquisa em Jornalismo, Cultura e Sociedade e Tecnologias, Linguagens e Inovação no Jornalismo. Outro programa com investigação na área do jornalismo foi criado na Cidade de Ponta Grossa – PR, sob a nomenclatura de Mestrado em Jornalismo, filiado à COMPÓS no ano de 2014 com área de concentração nos Processos Jornalísticos. Uma vez direcionados os cursos de graduação em formações específicas de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Rádio e Televisão e Internet, pode-se supor o surgimento de novos programas, a exemplo dos citados, com natureza de investigação ordenada nas mesmas especificidades da graduação em comunicação. Poderá se configurar um novo ordenamento aos apuros teóricos (SODRÉ) ou mesmo criar o ambiente para nascimento de novas áreas de interface na construção do conhecimento comunicacional. Com o surgimento, possível, de programas de mestrado e doutorado nas áreas de Publicidade, Relações Públicas e Rádio e Televisão e Internet, as interfaces possivelmente se descentralizam, passando a gravitar em torno de cada novo programa.

Como visto, a alteração das diretrizes curriculares está em processo e suas implicações nos cursos e nos rumos da pesquisa ainda serão observados, sendo que, toda flexão teórica serve-se de suposições, no entanto, as análises não devem se furtar a observar o que já foi construído e quais evoluções e inércias marcaram o trabalho realizado.

A seguir, serão apresentadas as diretrizes curriculares dos cursos então denominados de Comunicação Social e respectivas “habilitações”, vigentes até o ano de 2009, ano de debate e construção dos Referenciais Curriculares, em seguida, as diretrizes já aprovadas para os cursos de Jornalismo e Relações Públicas.

Diretrizes Curriculares para Comunicação Social e suas Habilitações

Publicado em julho de 2001, o texto com as referências curriculares dos cursos de comunicação social figurava como parte integrante de uma orientação mais extensa onde estavam contempladas as áreas de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Ciências Sociais, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Sem textos de apresentação ou considerações iniciais as diretrizes apresentavam-se, naquele contexto, a partir dos seguintes itens (para cada área por ela contemplada):

- *Introdução;*
- *Perfil dos formados;*
- *Competências e habilidades;*
- *Organização do curso;*
- *Conteúdos curriculares;*
- *Estágio e Atividades Complementares;*
- *Conexão com a avaliação institucional.*

Alguns pontos são fundamentais à análise, pois, representam a abertura daquele documento para a disseminação dos diversos cursos relacionados à área de comunicação. De início, por exemplo, o texto apresenta como objetivo

flexibilizar a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedade de circunstâncias, político-sociais e acadêmicas, como para ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes (PARECER CNS/CES 492/2001)

Se a proposta de flexibilização favoreceu o dinamismo da área, esse dinamismo, mais tarde, teria outra interpretação. Por outro lado, a variedade de circunstâncias, político-sociais e acadêmicas ainda existe, considerando essas, numa relação direta com a realidade econômica da região onde se instalam os cursos e, também, em relação à economia nacional. Como já colocado, alguns cursos atendem demandas específicas, para exemplificar, estados do norte e nordeste brasileiro viveram nos últimos anos um período de fortalecimento do setor audiovisual. O Centro Audiovisual Norte-Nordeste⁸ foi implantado no ano de 2008 com o objetivo de incentivar a produção audiovisual daquelas regiões através da produção, fomento, formação e difusão da produção

⁸ O Centro pertence à fundação Joaquin Nabuco. Disponível em: www.fundaj.gov.br/canne.

audiovisual (o que sugere a participação das instituições de ensino na formação de profissionais).

Outro exemplo surge no ano de 2014 quando o Grupo Estratégico do Mercado de Audiovisual de Curitiba – GEMAC⁹, formado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Serviço Social da Indústria (SESI), Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio), Serviço Social do Comércio (SESC), Fundação Cultural de Curitiba, Agência Curitiba de Desenvolvimento, Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado do Paraná (Siapar), Associação de Cinema e Vídeo do Paraná (AVEC) e Sebrae/PR, assinou um acordo estratégico para o desenvolvimento do mercado de audiovisual na capital paranaense.

Ainda que, sem contar com a participação das instituições de ensino, o grupo estratégico incentiva a produção audiovisual e a formação técnica dos profissionais que atuam diretamente nessa “indústria”, ressaltando a importância do setor na economia. De fato, tal formação “técnica” pode ocorrer nos bancos das instituições de ensino superior, em cursos de graduação como Rádio, Televisão e Internet, ou Cinema e Audiovisual – ou mesmo em cursos direcionados para áreas específicas – como a produção executiva, ou direção de cena. Atender às demandas com formação em graduação, especialização e cursos de extensão pode

⁹ Disponível em: agenciafiep.com.br

se tornar um nicho às instituições de ensino, muito embora entidades de formação técnica e profissional já vêm ofertando opções de formação.

Sem discutir a qualidade ou finalidade dos cursos de formação/aperfeiçoamento profissional – certos de que todos os incentivo e iniciativas para o desenvolvimento da educação são válidos; questiona-se a existência de políticas que regularizem as profissões fins, ligadas à comunicação. Como tese sugere-se que as políticas educacionais devem prever políticas de acesso ao mercado de trabalho e políticas de incentivos à produção e desenvolvimento dos setores ligados à comunicação social que se constituem nichos econômicos, como o audiovisual, publicidade e jornalismo, por exemplo. No entanto, ao contrário, a atuação como jornalista não exige formação em curso superior de jornalismo, conforme decisão plenária do Supremo Tribunal Federal em junho de 2009¹⁰.

Além de flexibilizar a formação a fim de dinamizar o ensino em diversas áreas/demandas, as diretrizes sugeriam o perfil do egresso e as competências e habilidades dos profissionais formados em Comunicação Social, bem como para cada habilitação existente. Sendo assim, havia um direcionamento para a área de comunicação social, uma vez que as diretrizes delimitavam conhecimentos da própria área denominada

formação comum (atribuídos à todo egresso). Ainda que ampliando as possibilidades formativas, aquelas diretrizes, em sua concepção, favoreciam a formação de um corpo técnico/científico alinhado, muito embora o desenvolvimento de tais conhecimentos e habilidades, bem como a concretização do perfil do profissional de comunicação social, em cada instituição de ensino são fatores que dependem de uma série de outros elementos, como, por exemplo, a grade curricular e constituição do corpo docente.

Ampliar a análise pode se tornar uma tarefa ampla, se considerado cada item e suas implicações, ou mesmo em comparação com as novas propostas que surgiram. Por hora, seguiremos para as diretrizes curriculares criadas e aprovadas após a publicação nos novos referenciais, no ano de 2010, respectivamente para os cursos de Jornalismo e Relações Públicas.

Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo e Relações Públicas

As resoluções número um e número dois, do dia vinte e sete de setembro de 2013, instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo e Relações Públicas, respectivamente. O parecer que deu início às alterações (nº 39/2013 –

¹⁰ Disponível em: stf.jus.br

Ministério da Educação)¹¹ data do dia dois de fevereiro do mesmo ano, ou seja, cerca de oito meses se passaram entre a aprovação do parecer pelo Ministro da educação e a publicação da diretrizes. De qualquer forma, ressalta-se o início dos debates nos anos de 2009 e 2010, o que sugere quase cinco anos de reuniões, deliberações, movimentações políticas, nas instituições de ensino, nos órgãos de fomento à pesquisa e associações de pesquisadores, entre outros, a fim de instituir as novas orientações à formação de Jornalistas e Relações Públicas.

Pontua-se como evoluções das novas diretrizes para os dois cursos, o fato de cada um dos documentos aprofundar o entendimento das profissões com suas tecnicidades, orientações para a organização curricular e perfil dos profissionais formados. Há também, no caso das diretrizes curriculares para o curso de jornalismo, um direcionamento ao contexto histórico que preconiza que o aluno deve “*conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo*” o que sugere um reconhecimento àqueles que constituíram a profissão no território nacional.

Com relação à inclusão dos cursos na área de comunicação social, as diretrizes curriculares do curso de Relações Públicas assinalam para obrigatoriedade dos cursos contemplarem em seus currículos um eixo de estudos destinado à comunicação, denominado

“Eixo Comunicação”. Entre outros temas, o eixo deverá promover o entendimento das teorias da comunicação; suas interfaces com as ciências culturais e políticas; pesquisa comunicacional; estudos sobre cibercultura, mídia entre outros que conferem ao curso um entendimento da área enquanto ciência e campo de estudo. Por outro lado, as diretrizes curriculares do curso de jornalismo orientam para organização em eixos, cujo estudo da comunicação está compreendido no chamado “Eixo de Fundamentação Contextual” no qual se encontra as teorias da comunicação, informação e cibercultura, suas dimensões políticas, filosóficas, socioculturais e psicológicas, além de se deter aos estudos dos sistemas midiáticos.

No que se refere à objetividade e foco nos estudos da comunicação, entende-se que as diretrizes do curso de relações públicas garantem um enfoque mais abrangente ao campo, sendo apresentado em forma de dois tópicos (Fundamentos teóricos da Comunicação e Linguagens, mídias e tecnologia) e cerca de onze subtópicos, ao passo que as diretrizes do curso de jornalismo o tema está presente num parágrafo, sem delimitação temática. De forma prática, na elaboração dos currículos dos cursos, as diretrizes curriculares para Relações Públicas contribuem de forma mais efetiva, pois, em sua divisão, orientam a composição de disciplinas, incentivam à pesquisa e, inclusive, atividades de integração entre os cursos de

¹¹ Disponível em: portal.mec.gov.br

pós-graduação e graduação – o que deve favorecer a pesquisa e iniciação científica.

Além dos eixos destinados ao conhecimento na área de comunicação, as diretrizes curriculares dos cursos contemplam ainda outros eixos onde o foco reside em aplicações práticas e sociais dos cursos, conforme segue:

- para o curso de Jornalismo: Eixo de fundamentação humanística; Eixo de fundamentação específica; Eixo de formação profissional; Eixo de aplicação processual e Eixo de Prática laboratorial.

- para o curso de Relações Públicas: Eixo de formação geral; Eixo de relações públicas e Eixo de formação complementar.

Destaca-se da divisão de eixos o fato do curso de relações públicas, no eixo de formação geral, alinhar o curso às políticas públicas do ensino, do governo federal que primam o debate nos cursos de graduação da educação ambiental e dos direitos humanos, entre outras, por exemplo.

Outra mudança fundamental, sugerida para o curso de jornalismo, foi a inclusão do estágio como obrigatório na formação do profissional. Há que se destacar, nesse ponto, que as diretrizes, confirmaram prerrogativas anteriores da Federação Nacional dos Jornalistas¹², que orientam a realização do estágio nos três últimos semestres do curso.

¹² Programa Nacional de Projetos de Estágio Acadêmico em Jornalismo. Disponível em: fenaj.org.br

Percebe-se que em outras formações há um entendimento diferenciado promovendo desde cedo o contato do aluno com o mercado profissional, gerando maior assertividade no acesso do aluno para a área escolhida por ele. Um exemplo são os cursos de saúde onde o estágio é encarado como parte integrante da formação discente, devendo o aluno, participar de atividades em diferentes campos, como na Psicologia da Educação, Clínica e Psicologia Organizacional¹³.

Outro fator que se faz relevante é o acesso, cada vez maior, dos jovens em posições estratégicas no mercado de trabalho. Conforme afirma PERRONE (2013) a diferença entre as idades dos ingressantes e de funcionários mais experientes chega a quarenta anos aproximadamente, isso em virtude da entrada da chamada “geração Y¹⁴” no mercado, o que levou empresas a repensar a gestão dos seus recursos humanos, incentivando a permanência desses jovens e a troca de experiências. Um indicativo para prática do estágio nos semestres finais do curso pode limitar as experiências profissionais dos acadêmicos de jornalismo, bem como limitar suas condições após a conclusão do curso, quando esses competirem com profissionais com vivências e experiências profissionais realizadas no decorrer do curso.

¹³ As diretrizes curriculares do curso de Psicologia preveem dois níveis de estágios, básico e específico, sendo que o segundo encaminha o aluno para o desenvolvimento das habilidades desenvolvidas pelo curso.

¹⁴ Nascidos no início dos anos 80, os jovens que compõe essa geração tem em comum o uso da tecnologia e características de personalidade.

Diversas particularidades são apresentadas em ambas diretrizes como carga horária do curso, realização do trabalho de conclusão de curso e as atividades complementares. Destaca-se, porém, nos referenciais do curso de jornalismo, uma orientação que deverá implicar no processo de avaliação, uma vez que, em seu artigo décimo sexto, sugere que a avaliação ocorra atendendo oito critérios, a contar: Conjunto de produção jornalística e atividades de pesquisa dos alunos; Produção acadêmica dos professores; Espaço físico e instalações; Laboratórios técnicos especializados; Acesso à infraestrutura; Inserção profissional alcançada pelo aluno e Experiência profissional e acadêmica (incluindo titulação e regime de trabalho) dos professores.

O instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do Ministério da Educação¹⁵ prevê a avaliação dos cursos em três dimensões: Organização didático-pedagógica; Corpo docente e Instalações físicas dos cursos. De fato, o documento afere de forma ampla a qualidade dos cursos, muito embora as contribuições das diretrizes pregam considerações relacionadas ao corpo docente, o que, em sendo aplicadas tais sugestões, pode favorecer o fortalecimento da pesquisa acadêmica e do direcionamento do aluno para o mercado de trabalho.

¹⁵ Disponível em: inep.gov.br/download.

Considerações finais

Se as diretrizes curriculares dos cursos de Graduação em Jornalismo e Relações Públicas indicam um acréscimo de qualidade nas informações dos cursos para o Ministério da Educação (assim como para outros cursos de bacharelado e licenciatura) ou facilitam os processos de transferência, isso será verificado em tempo futuro.

A principal questão que se coloca é com relação aos avanços que tais documentos representam para os setores produtivos e para a produção científica. De forma colaborativa, entidades e associações participaram do processo construtivo de cada diretriz, o que representa uma preocupação das instâncias superiores de governo para formação acadêmica. No debate se confrontaram vozes da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social – ENECOS, Associação dos Programas de Pós-graduação – COMPÓS, ambos na defesa de uma área ampla de estudos e conhecimento. Por outro lado a Federação dos Jornalistas e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR) confirmaram a necessidade de se estabelecer tais diretrizes em defesa das especificidades dos cursos.

Já o processo instaurado nos cursos de Relações Públicas foi orientado por consultas públicas e contou

com a contribuição da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial e Associação Brasileira de Profissionais de Relações Públicas, entre outras. Em tom mais ameno, as diretrizes foram encaminhadas com resultados que demonstram a valorização da pesquisa e da centralidade do curso na grande área da Comunicação Social.

Há procedimentos ainda em curso que devem se espelhar nos caminhos já percorridos pelo Jornalismo e Relações Públicas e, dessa análise, pode-se sugerir um direcionamento dos textos ao fortalecimento da área de conhecimento, a comunicação; promover a discussão do processo de avaliação – projetando interesses que representem o acesso dos alunos ao mercado de

trabalho; reforçar temas como estágio, definindo não apenas a carga horária, mas a questão da obrigatoriedade e áreas de atuação; considerar as mudanças tecnológicas e sociais onde cada curso está inserido e, por fim, congregando em sua plenitude a questão da qualidade do ensino que se concretiza na formação dos docentes, estrutura recomendada e projeto pedagógico.

Em contrapartida à publicação das diretrizes curriculares, há que se pensar em programas e políticas que fortaleçam as áreas econômicas (todas aquelas relacionadas à comunicação), bem como articular avanços na avaliação da implementação das diretrizes por parte das instituições, a fim de garantir que seus interesses se confirmem.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Resolução N° 1, De 27 De Setembro De 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providência. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 05/01/2015.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Resolução N° 2, de 27 de Setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 05/01/2015.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Resolução N° 5, de 15 de Março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia, Estabelecendo normas para o Projeto Pedagógico Complementar para formação de Professores de Psicologia. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 10/02/2015.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES N°: 492/2001. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 07/01/2015.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES N°: 39/2013. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 07/01/2015.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES N°: 85/2013. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 07/01/2015.

MATRIZES. Ano V, p. 11-27, Janeiro/Junho de 2012, São Paulo, Brasil.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010. 99 p.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, V.6, NÚMERO 3, p. 546-560. Set. 2013. ISSN 1983-4659.

VERSO E REVERSO. Ano XXI, Unisinos, 2007. Disponível em: revistas.unisinos.br/. ISSN 1806-6925.

_____. Ano XXV, p. 62-77, janeiro-abril 2011. Unisinos, 2011. ISSN 1806-6925.